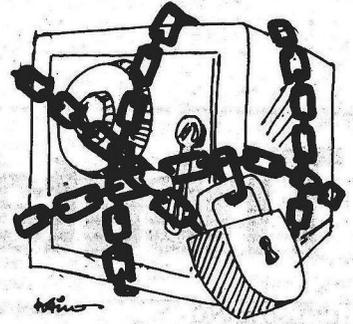


OPERACÃO

DESMONTE

O Governo espera que os Estados e Municípios "façam sua parte" no sentido de reduzir o déficit público no ano que vem, quando abocanharão 17,6 por cento da arrecadação federal. A Secretaria de Orçamento e Finanças já entregou suas contas para 89 aos ministérios. Apesar dos avisos em contrário, os ministros Paulo Brossard e Prisco Viana tentarão negociar os cortes com Sarney



Sarney quer Estados contendo déficit

Couto diz que Governo cumprirá sua parte e espera colaboração de todos

JOZAFÁ DANTAS
Da Editoria de Política

O presidente José Sarney está determinado a passar para o seu sucessor, que vai ser eleito em 15 de novembro de 1989, uma economia equilibrada, com os gastos do Governo equivalentes à receita. Sarney determinou "guerra à inflação", e por essa razão vai trabalhar com a possibilidade de alcançar um déficit público zero no orçamento geral da União, enquanto a meta incluindo estados, municípios e estaduais é de no máximo 2 por cento do Produto Interno Bruto (PIB), de acordo com os acertos feitos com o

Fundo Monetário Internacional (FMI). O ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, garantiu ontem que a União vai cumprir a sua parte, e espera que os Estados e os Municípios também colaborem. Ele acredita que a transferência de 17,6 por cento da arrecadação federal, determinada pela futura Constituição, vai melhorar as finanças dos Estados e Municípios, reduzindo o déficit gerado nas esferas estaduais e municipais.

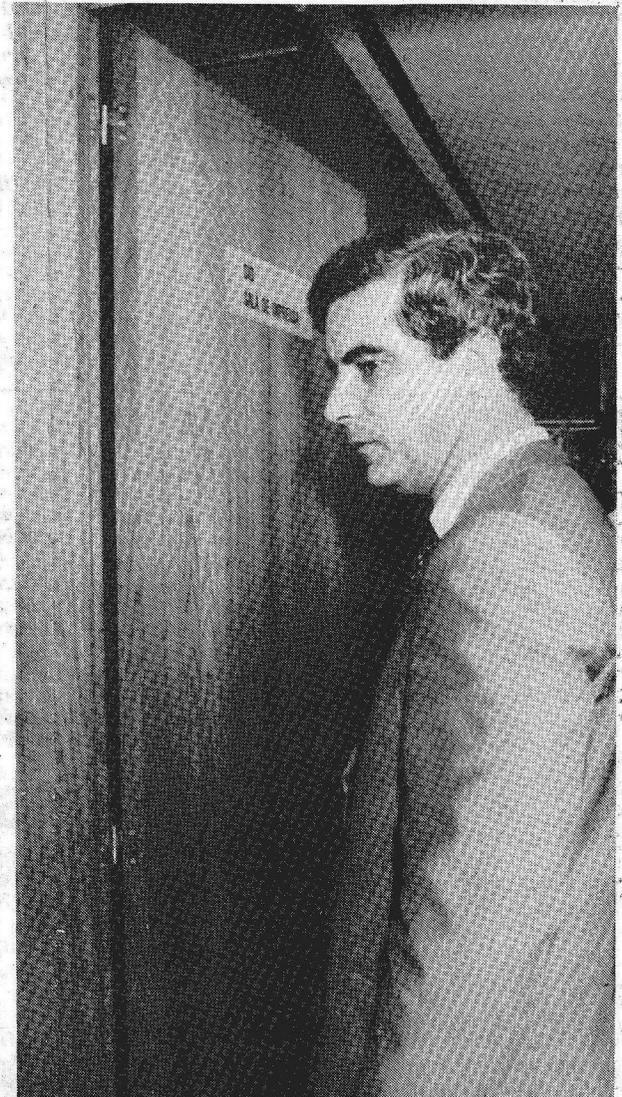
A estratégia econômica do Governo vai ser um dos temas a serem discutidos na reunião de hoje, entre as 11 e 12 horas, marcada com

os líderes do Governo no Congresso. O presidente Sarney passou os três últimos dias debruçado sobre a proposta orçamentária da União, que deve ser concluída até o dia 29 próximo, quando será encaminhada ao Congresso Nacional para aprovação. É nessa fase que o trabalho dos líderes vai ser mais importante, porque precisam enfrentar a resistência que deve ocorrer naturalmente no Poder Legislativo.

Ronaldo Costa Couto não comenta a resistência aos cortes, vinda de alguns ministros, mas explica que eles são necessários e vão ocorrer, porque com a nova ordem constitucional é pre-

ciso ajustar a máquina administrativa, com a nova realidade da receita pública.

Apesar de não fazer comentário do comportamento de seus colegas, Costa Couto cita os setores energético e de transportes como prioritários para os investimentos do Governo nos últimos anos do Governo Sarney, por serem importantes para garantir o desenvolvimento do País. As obras das principais hidrelétricas ou da Ferrovia Norte-Sul não devem sofrer com a redução do orçamento em 10 por cento, o que vai representar um corte superior a 1 trilhão de cruzados.



Costa Couto preferiu não comentar as resistências